

Campina Grande Amplificada. (1937-1950)

Olávia Fernandes¹.
Orientador: Maria Claudia Cavalcante².

RESUMO

Meu interesse neste artigo é ampliar a pesquisa do objeto de estudo alto falante na cidade de Campina Grande, Paraíba. Este trabalho foi iniciado na minha graduação em Licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú. CE. A partir de 1937, o alto falante foi utilizado como base do surgimento do rádio, sendo o primeiro passo da Radiodifusão em Campina Grande. Trabalhei a problemática de como esse ouvinte assumia a forma de notícia publicitária e jornalística. Neste artigo, levantarei questionamentos acerca da utilidade e permanência do uso destes alto falantes no século XXI, analisando a necessidade da preservação desse artefato como parte do patrimônio cultural da cidade. O recorte temporal para pesquisa é de 1937 a 1950, que corresponde ao ano de fundação de funcionamento efervescente das difusoras e o ano da última sede de rádio a ser fundada em Campina Grande (PB). Para fundamentar minha pesquisa, foi utilizada fonte oral, trabalhos acadêmicos, recortes de jornais e recortes históricos encontrados no site de cada comunidade Diocesano.

Palavras Chaves: Campina Grande, Alto Falante, Preservação, Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

O primeiro contato com a Radiodifusão em Campina Grande foi com os alto-falantes de Sr. Jovelino Farias¹ em 1937, estas difusoras não eram fixas o que facilitava sua instalação em diversos pontos da cidade. Nascido na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, a sua origem dever ter contribuído para o seu pseudônimo Gaúcho. Com este fluxo prosseguiu a instalação de equipamentos de mais uma difusora, sendo que esta pertencia ao Sr. José Jataí, este nascido no Ceará. A princípio este serviço de expansão comunicativa funcionou na Rua João Pessoa em um estabelecimento alimentício, mais adiante prosseguiu instalando seus equipamentos no Edifício Esial na Praça da Bandeira, trazendo melhor acomodação para os ouvintes (SOUZA, 2006). Logo a Praça da Bandeira lhe proporcionava uma concentração maior de participantes permitindo uma modalidade e melhor acesso ao ouvinte. Esta difusora tinha a frente além de seu proprietário o Sr. José Jataí, o pernambucano Hilton Mota, estes

¹ Olávia Fernandes. Estudante de sociologia pela Universidade Estadual da Paraíba. Este artigo é um recorte do TCC do título de Especialização em História do Brasil e da Paraíba, cursado na Instituição Faculdades Integradas de Patos.

² Maria Claudia Cavalcante. Possui graduação e mestrado em História pela UFCG. Doutorado pela UFPE.

locutores começaram a introduzir quadros esportivos acerca do futebol como parte da programação.

Atualmente estas Difusoras estão desativadas em Campina Grande. O que contribuiu para a erradicação foi à inauguração de sedes de rádios com ondas sonoras, a chegada da luz elétrica e o desenvolvimento tecnológico de aparelhos eletrônicos. Substituindo o serviço das Difusoras em Campina Grande estão em funcionamento as Emissoras de Rádio: Campina F.M 93. 1 MHZ, A. M Cariri, Correio F. M 97. 3 MHZ, Panorâmica F. M 98. 1 MHZ e a Rádio Cidade de Esperança (FREITAS, 2006).

Os alto-falantes ocuparam o lugar das Empresas Rádio Difusora na cidade, no século XX. Nesta pesquisa o objetivo é mostrar o processo de continuidade seguido de apropriação do uso dos alto falantes, esta utilização é feita pelas Igrejas locais. A importância deste trabalho também é atentar para preservação Material e Cultural deste instrumento de comunicação, fazendo conscientização dos proprietários, usuários, cidadãos campinenses e do IPHAN, para a conservação dos alto falantes como Patrimônio Cultural da cidade, pois foi através dos alto falantes que desenvolveu a comunicação social em Campina Grande, promovendo interatividade e entretenimento coletivo.

METODOLOGIA

Para fundamentar minha pesquisa, foi utilizada fonte oral, trabalhos acadêmicos, recortes de jornais e recortes históricos encontrados no site de cada comunidade Diocesano. Assim como foi feita visitas ao setor de Patrimônio da cidade de Campina Grande para compreender o processo de preservação patrimonial que poderia ser ofertado a cidade, sendo o foco do objeto alto falante. Foi utilizado história oral. A fala foi autorizada mediante o próprio entrevistado sem fins financeiros de ambas as partes. Contudo a pesquisa tem fundamento qualitativo, mostrando a importância da preservação dos alto falantes que existiam na época da pesquisa e dos que permanecem até os dias atuais. Mostrar o resgate da história regional através da memória do povo que vivenciaram este desenvolvimento da indústria radiofônica através da cultura local.

CAMPINA GRANDE AMPLIFICADA.

(1937-1950)

1 PATRIMONIO CULTURAL: USOS E PRÁTICAS

O Instituto Patrimonial Histórico Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pelo processo de Tombamento na Federação Brasileira, o seu trabalho consiste em ações judiciais com o objetivo de garantir a preservação dos objetos históricos, como: imóveis, objetos pessoais e moveis, conforme se refere à Lei 25/37:

Art. 1 Constitui o Patrimônio Histórico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (SILVA, 2012. p. 6)

O IPHAN é amparado pela Lei 378, foi posto em prática em 13 de janeiro de 1937, momento histórico marcado pela implantação do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas e o início do advento do rádio em Campina Grande. A inserção do imóvel na relação de Tombo acontece quando seu conteúdo apresenta um valor histórico cultural. O Tombo não implica no andamento do uso da instituição favorecida, mas determina que o proprietário mantenha suas formas originais, segundo Tamara Monique J. L. Silva, 2012.p. 6:

Dessa forma o proprietário continuará sendo proprietário, porém deverá observar algumas nuances estabelecida pela lei do Tombamento antes de tomar qualquer tipo de atitude em relação ao bem. Exemplificando: não poderá pintar de cor diversa, mudar a estrutura ou fazer reformas que alterem a natureza do imóvel. Qualquer tipo de reforma, seja ela mais simples que for, deverá ser precedido de autorização da administração, a qual se dará através de processo burocrático, conforme dispõe o art.17 do DL 25/37.

A cidade de Campina Grande tem 154 anos de emancipação política e os alto falantes fazem parte, a 82 anos, deste espaço geográfico. Para chegar à condição de Patrimônio Cultural, o material tem que ser de interesse de preservação coletiva. E isso só poderá ocorrer por meio de reivindicação das exposições das memórias das pessoas que fazem parte da história da cidade.

A Lei referente à 25/37 sobre Tombamento refere-se ao patrimônio material. O Patrimônio Cultural tem seu reconhecimento Legislativo em 1988, “Isso já se constituiu um grande impacto advindo com a Constituição de 1988 que permitiu a sociedade a reivindicação do acesso aos bens culturais como expressão maior da cidadania” (ORIÀ, 2013.p.20). A introdução de cidadania cultural nos permite nos expressar mantendo nossas

características simbólicas. O reconhecimento do Patrimônio Material aconteceu em 1937 e o Cultural em 1988 estabelecendo uma diferença de 49 anos de um para o outro, quando os dois conceitos necessitaram um do outro para se estabelecer como Patrimônio histórico. Mediante a esta base Legislativa em Direitos de Cidadania Cultural é que venho discorrer a respeito da conservação cultural material e imaterial do objeto alto falante, destacando seu valor cognitivo e pragmático (MENESES, 2012.p.35) com a intenção de despertar a conscientização das pessoas para valorizar sua cultura, ciente das leis que o amparam.

O valor cognitivo é definido quando o material e o imaterial transmitem conhecimento, informação “O bem está sendo tratado, então, como documento, ao qual se dirigem questões para se obter, como resposta informação de múltipla natureza. É um valor de fruição basicamente de valor intelectual. ” (MENESES, 2012.p.11). Portanto, para perceber além da prática exercida através do alto falante, precisamos do olhar crítico do historiador. O qual tratara o objeto como documento histórico, este objeto não fala por si só, sendo assim é preciso levantar uma problemática que envolva a comunidade local, transmitindo assim informação histórica produzida pela memória da população, de forma que o visitante absolva este conhecimento praticado naquele espaço. O valor pragmático está relacionado a diferenciar o cultural de desenvolvimento tecnológico ou um mero valor sentimental ao objeto “São mais que valores de uso. [...] suas condições de uso disponíveis são capazes de relevantemente qualificar sua prática [...] de uso percebido como qualidades. ” (MENESES, 2012.p.13). Então para diferenciar este valor pragmático precisamos discernir o desenvolvimento tecnológico que foi um dos responsáveis pela eliminação das práticas do uso do alto falante, sendo assim as mudanças são visíveis quando se trata das peças do material de trabalho usado pelas Rádios, como: sede fixa, transmissão por ondas sonoras, de válvulas para trânsitos, de LPs para CD, microfone sem fio, redução do tamanho do amplificador, mesa de som que controla a programação, e etc.

É neste sentido que Ulpiano Toledo Bezerra Meneses (2012, p.2) procede argumentando, quando afirma “[...] meu objetivo é chamar a atenção para necessidade indispensável e urgente de manter permanentemente uma atitude crítica sobre o [...] que acabam por se desgastar e se banalizar [...]”. O mesmo autor aponta a cultura destacando práticas e representações. Esta prática se conceitua através do dia a dia, de como se manifesta a ação cultural que é determinante do social. A representação vai incorporar uma demonstração museológica que termina por eliminar a prática da cultura, quando isto acontece somente o material aparece e a parte cultural fica omitida.

O alto-falante que se encontra no Museu Telegrapho Nacional em Campina Grande está datado do período de Jovelino Farias (GAÚCHO), porém a sua matéria não transmite a cultura empírica que antecederam as sedes de Rádio. Esta cultura se manifestava da seguinte forma: o ouvinte se deslocava para as proximidades que estavam instalados os equipamentos, para ouvir e participar ao vivo da programação. Assim, o alto falante proporcionava afetividade e interatividade entre as pessoas que estavam no local. Com isso “podemos concluir que o patrimônio cultural tem como suporte, sempre, “valores materiais.” (MENESES, 2012.p.7), é a partir deste material que o imaterial deve ser mostrado”. Contudo o material e o imaterial partilham de procedimentos operacionais “Isso vale também para o chamado patrimônio imaterial, pois (...) todo patrimônio material tem uma dimensão imaterial de significado e valor [...] que lhe permite realizar-se” (MENESES, 2012.p.7). Nesta orientação de projetos posto em prática está o Plano Nacional de Cultura (PNC) com suas Diretrizes Lei N. 12.343 de 2010, art. 2, II e IV. Segundo Ricardo Oriá:

Consagrou como um de seus objetivos: “Proteger e Promover o Patrimônio Histórico e artístico Material e Imaterial” e “promover o direito a Memória por meio dos Museus, Arquivos e coleções” [...] Como se vê as Leis que surgiram posteriores a Constituição 1998 já incorporam aos seus dispositivos a necessidade de garantia dos Direitos Culturais como Dimensão importante do exercício da Cidadania, seja para Crianças, Adolescentes, Jovens ou Idosos. (2013. p. 22)

2 OS ALTO-FALANTES

Alto Falante é um objeto usado para comunicação em amplitude, sua matéria prima é metálica, com formato original de cone. A forma geométrica é indispensável para reprodução do som assim como o seu tamanho colossal. Compreende-se que este som é emitido através das vibrações ocasionadas pelo ar, havendo um deslocamento de ar faz um movimento que empurra e puxa com a sintonia medida em Hz e khz, esta frequência pode ser alterada pelo tamanho do alto falante, ou seja, quanto maior melhor a sequência para transmitir diversos tons de sons. Podemos notar isto com os sons graves que obedecem a uma frequência em até 200hz, Média 200hz a 3khz e agudos de 3khz até no mínimo 12khz. Esta referência é a descrição do Alto Falante do princípio do Rádio.

O alto falante que fez parte desta cultura local se encontra no acervo do Museu TELEGRAPHO NACIONAL, situado na Rua Floriano Peixoto no Centro de Campina Grande. Este Museu se encontra em funcionamento diário. Seu material documentário é produzido por diversos artefatos da História da cidade, sendo em sua maioria formado pelos equipamentos e bibliografia do rádio e cinema da cidade de Campina Grande. Este alto falante foi material de trabalho do Jovelino Farias, o fundador das Difusoras na década de 30.

A matéria do alto falante no museu permite acesso visual de uma prática do uso dos alto falantes em determinados espaços cartográficos, mais não transmite o sentimento, a emoção de quem viveu e prestigiou momentos lazer produzidos pelo trabalho arcaico da comunicação social (SALGADO, 2012.p.95). Então nasce o interesse de preservação das práticas para a população campinense, como é o caso do José Alves de Sousa, “pupilo do Gaúcho”. Participante ativo nas Radiodifusões e que preserva seu material de trabalho da época do serviço de som, com uma saudosa lembrança, entre seu material está: dois alto falantes, um pedestal com microfone da marca Philips. Seu José A. de Sousa também guarda recortes do jornal da Paraíba, nesta reportagem estava sendo divulgada que o José Alves de Sousa publicaria a biografia do Jovelino Farias.

O uso dos alto-falantes foi primordial para a população, passando pela publicidade, mídia, musical, e atualmente religioso, mantendo sua característica funcional, mesmo com a mudança de interatividade, passando da comunicação geral na cidade para comunicação nas igrejas. Os alto falantes destas instituições religiosas foram adquiridos por recursos próprios, sua utilização é por ser um objeto de baixo custo. Atualmente, existe uma diversidade de objetos de comunicação em alta tecnologia. Mas as paróquias acham o valor comercial destes objetos tecnológicos caro, por isso se sentem inseguros devido à falta de segurança pública, achando viáveis se utilizar dos “materiais arcaicos”.

Sua utilidade no contexto a seguir se restringe à propagação de eventos religiosos a longa distância, satisfazendo os ouvintes que não se aproximam ao altar pelo excesso de contingente em dias de evento. Com isso o uso dos alto falantes tornou-se indispensável para divulgação de seus trabalhos internos e externos, abrangendo a comunidade como um todo, segundo o pároco Padre João Barbosa Batista, “[...] a primeira coisa que se fazia na década de 60, [...] era colocar o alto falante, por quê? O alto falante era o segundo meio de comunicação, o primeiro meio de comunicação para celebração para missa é o sino [...]”. O equipamento auxilia na evangelização e divulgação de seus trabalhos cotidianos. Portanto, vejamos a localização destes prédios que carregam em suas sacadas este objeto histórico no século XXI. Segue uma breve catalogação das paróquias onde se encontram os alto-falantes, atualmente existentes em Campina Grande (PB).

Paroquia Nossa Senhora Do Rosário: A Paroquia Nossa Senhora do Rosário foi inaugurada no dia 15 de agosto de 1940. Está situado na Rua Nilo Peçanha, Bairro Prata. Campina Grande. Seu alto falante se encontra na parte frontal do prédio dando acesso as mediações da

praça, que tem um papel fundamental que é de acolher os frequentadores da Paroquia do Rosário.

Comunidade São Francisco de Assis: Em 1942, temos a Paroquia São Francisco de Assis localizada no Bairro da Conceição. Seu trabalho prosseguiu com a comunidade São Francisco de Assis na Rua Almirante Barroso, Bairro Liberdade, Campina Grande. Posteriormente, iniciou-se o aumento da estrutura, fixando os alto falantes em 06 de junho de 2010, assumindo a posição de Comunidade. Como podemos perceber, os alto falantes não estão presentes desde o princípio na capela. Foram colocados com a finalidade de melhor alcance ótico, eles estão situados na parte superior da janela direita frontal.

Seminário São João Maria Vianney: O Seminário São João Maria Vianney foi fundado em 1957. Situado na Rua Estelita Cruz no antigo bairro Alto Branco. Campina Grande. O Seminário São João Maria Vianney possui na sacada de seu prédio um total de quatro alto falantes que auxiliam nos eventos na capela, dentro da capela está a mesa de som que comanda os sons reproduzidos por estes alto-falantes que dão suporte no exterior da nave.

Paroquia São Sebastião: Esta Paroquia reside na Rua Estelita Cruz, Bairro Alto Branco em Campina Grande. A mesma trabalha interligada com o Seminário anteriormente mencionado. Possui um alto falante na parte frontal da paroquia e outro na lateral que tem acesso para Rua Apolônio Amorim. Vale ressaltar que este estabelecimento passou por reformas e o alto-falante não foi removido, devido à sua utilização pública.

Paroquia Imaculado Coração De Maria E Sagrado Coração De Jesus: Esta Paroquia tem sua atuação desde a década de 1960. Residente na Rua Gonçalves Dias no Bairro Monte Castelo. Campina Grande. As colunas da Paroquia foram levantadas sobre o alicerce que corresponde à doação do terreno, 27 X 30. Esta paroquia possui quatro alto falantes em cima do prédio.

Comunidade Nossa Senhora Aparecida: A Comunidade Nossa Senhora Aparecida, localizada na Rua das Umburanas no Bairro das Malvinas, Campina Grande. É um membro do corpo da Paroquia Coração da Sagrada Família que passou a atuar desde 1999. Com a construção da estrutura física da comunidade foram colocados alto-falantes grandes na torre, fixados abaixo do sino e um menor do mesmo modelo à direita do prédio, estes projetores assim como os da Paroquia do Monte Castelo são os maiores encontrados na região em funcionamento.

É de suma importância a preservação cultural regional. Através da preservação se perpetuara a cultura local daquele determinado coletivo. Até mesmo porque o

desenvolvimento econômico acontece. E a produção de produtos alimentados pelo capitalismo faz com que as pessoas se utilizem de meios de comunicação cibernéticos ou com designe tecnológico. Reproduzindo a individualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os autores Souza e Freitas (2006) a cidade de Campina Grande passou por uma transformação não somente econômica, mais também na parte subjetiva do cotidiano das pessoas. A medida que a cidade foi se desenvolvendo economicamente as pessoas tiveram que mudar seus hábitos rotineiros, mudando assim sua prática cultural de ouvir a radiodifusão e sua programação de comunicação coletiva. A Cultura do acompanhar novelas, oferecer músicas, do contato direto com o locutor se reproduzia naturalmente afastando a individualidade que existe no nosso contemporâneo. Para alcançar um resultado educacional notou-se que a escola seria o melhor lugar para fundamentar teorias e práticas de resgate de memórias e preservação do patrimônio cultural através de eventos abertos para o alunado e para a comunidade com a finalidade de o indivíduo conhecer o seu lugar de origem e fala. Assim torna-se de suma importância a preservação cultural e material também. Isto porque evitara que a cidade perda parte de sua história. A exemplo da Comunidade Nossa Senhora Aparecida-Malvinas que no ano inicial de pesquisa deste artigo tinha o alto falante na sua sacada e em 2019 não mais obtém o objeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alto-falante que se encontra no Museu Telegrapho Nacional em Campina Grande não é tombado pelo IPHAN, assim como os que se encontram nas paróquias. No entanto, fazem parte da história de Campina Grande com um legado de Patrimônio Material e Cultural. Todas estas Paróquias e comunidade são de origem da ordem diocesano regidos pela Catedral Nossa Senhora da Conceição. As importâncias de manter estes edifícios com sua característica atual são de preservação dos alto falantes em suas sacadas, evitando assim a erradicação do uso deste instrumento de comunicação coletiva, como aconteceu com as estruturas das Difusoras.

Para isto não somente as leis de tombamento amparam como também os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997/ 1998) na Formação Acadêmica em História com

respaldo para o alunado “Projetos atingem as escolas, 2006” (CAMILO, 2013. P. 72). PCNs é um projeto implantado pelo MEC com a finalidade de construir uma base curricular para o alunado da 1 a 8 séries. Oferecendo um suporte de formação da cidadania democrática, ou seja, trabalhar o conceito da ação do indivíduo na sociedade de maneira que ele perceba o meio em que vive exercendo, assim, a sua cidadania amparada pela educação patrimonial ministrada durante a educação básica.

Um exemplo deste trabalho aconteceu em 2011 na Escola Municipal Santo Afonso no Bairro do Monte Santo, foi realizada no turno da manhã uma amostra de artefatos históricos que pudesse transmitir para os alunos o discernimento de “Patrimônio natural, patrimônio cultural e a necessidade de preservação”. Esta interatividade ajudou os alunos a ter uma noção peculiar de cidadania e como a exerce a seu favor intelectualmente. Com isso concluímos que o tombamento somente pode ser feito pelo IPHAN, mas cabe aos cidadãos observarem e denunciar agressões ao Patrimônio Histórico Cultural de suas cidades. Por isso este artigo ressalta o incentivo da preservação Patrimonial Material e Cultural com a finalidade de mostrar que é um direito de todos zelarem por sua história.

REFERÊNCIAS

CAMILO, Josemir de Melo. Modos de Ver, Formas de Escrever. In.: **História e Educação Patrimonial. Para Que (M) Educação patrimonial?.** Campina Grande, 2013. Editora RDS p. 49- 73.

FREITAS, Goretti Maria Sampaio. A Trajetória Histórica da Radiofonia Campinense: Do Alto Falante ao FM. In.: **História da Mídia Regional: O Rádio em Campina Grande.** Campina Grande, 2006. EDUEP.p. 125- 174.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Conferencia magna. In.: O Campo do Patrimônio Cultural: Uma Revisão de Premissas. In.: **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.** VOL. 01, 2012.p. 25- 39. Disponível em portal.iphan.gov.br/uploadspublicacao/Anais_2Vol1_ForumPatrimonio_m.pdf. Acesso em: 07 abr. 2019.

ORIÁ, Ricardo. Memoria, História e Cidadania Cultural. In: **Modos de Ver, Formas de Escrever.** Campina Grande, 2013. Editora RDS, p. 17- 34.

SALGADO, Manoel Luiz Guimarães. História, Memória e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Histórico e Artístico Nacional. N. 34, 2012, p. 95- 96.

SILVA, Tamara Monique Justen Leite. **Tombamento como Forma de Desapropriação Indireta**. Rio de Janeiro, 2012. EMERJ.p. 1-20.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa. O Mundo que se ouve e o mundo que se vê: O Rádio e os Auditórios em Campina Grande. In: **História da Mídia Regional: O Rádio em Campina Grande**. Campina Grande, 2006. Editora EDUFPG. p 19-69.